

APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS AS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO ACRE

Maria Auxileide da Silva Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio Grande do Norte – bolsista CNPq. E-mail: auximariaac@hotmail.com

Resumo: Este artigo propôs analisar as concepções filosóficas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e as implicações pedagógicas para a inclusão das pessoas com deficiência no em Rio Branco Acre. Havia em nós, o pressuposto de que a educação das pessoas com deficiência, deveria ser mostrada de dentro de uma instituição especializada, a partir da qual, se pudesse visualizar sua prática pedagógica e o papel que ela pode exercer na formação desse aluno. Teve como metodologia um estudo de caso de natureza qualitativa, desenvolvida na APAE de Rio Branco, Estado do Acre. Os sujeitos participantes da pesquisa são 7 profissionais da instituição e membros da Gerência de Ensino Especial do Acre. Para o trabalho de coleta de dados foram realizadas análises de documentos oficiais, técnicos e pedagógicos; entrevistas semiestruturada; conversas informais com funcionários, além de observação direta sobre o dia-a-dia da instituição. A análise realizada, evidenciou que as concepções filosóficas da APAE, estava relacionada à manifestação das mudanças que vinham ocorrendo na história da Educação Especial no Brasil e no mundo, direcionada pelas políticas educacionais e as concepções filosóficas que norteava o processo educativo como um todo. Dessa forma, compreende-se que as condições conjunturais disponíveis daquele momento, não permitia, ir mais longe do que foi desenvolvido nas formas de organização e funcionamento do trabalho educacional da APAE.

Palavras-chaves: Educação Especial, Concepções Filosóficas, Implicações pedagógicas, Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo faz referência aos resultados obtidos através do Trabalho de Conclusão de Curso –TCC, intitulado: APAE: Vinte e cinco anos de contribuição para a educação de pessoas com deficiência mental em Rio Branco-Acre, apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre, no ano de 2008, obrigatório para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia. Para a apresentação em formato de artigo científico, o texto sofreu alterações e recortes, a fim de adequar às exigências das normas relativas ao gênero.

Realizar uma análise sobre a APAE está relacionada não só a sua natureza como instituição filantrópica mantenedora de uma escola especializada, como também, às mudanças que se processaram no mundo, em todos os setores da sociedade, e em especial no campo educacional, implicando em um novo modelo de educação especial, a educação inclusiva.

Em decorrência do modelo de Educação Inclusiva que foi adotado pelas Políticas Educacionais de vários países, inclusive no Brasil, desde a década de 1990, a partir da Conferencia Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1997), as escolas regulares vêm passando por um processo de reformas, bem como diz Mantoan (2003, p. 47), “a inclusão pegou as escolas de calças curtas”.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Havia em nós o pressuposto de que a educação das pessoas com deficiência, deveria ser mostrada de dentro de uma instituição especializada, a partir da qual, se pudesse visualizar sua prática pedagógica, considerando as concepções filosóficas adotada no decorrer de sua trajetória e o papel que ela pode exercer na formação desse aluno. Verificar se ela pode funcionar como instrumento de reprodução das expectativas sociais e históricas, ou se, ao contrário, pode instrumentalizar seus alunos para aprendizagens possíveis, diminuindo também a segregação, e a marginalização dessas crianças, contribuindo, assim, para sua emancipação e autonomia. Nesse sentido, este trabalho objetivou analisar as concepções filosóficas da APAE e as implicações pedagógicas para a inclusão das pessoas com deficiência no em Rio Branco Acre.

2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A referida investigação tem caráter qualitativo, pois “envolve a obtenção de dados descritivos obtidos no contato direto com a situação estudada; enfatiza mais o processo que o produto se preocupando em retratar a perspectiva dos participantes” (LUDKE, 1996, p.13). Trata-se também de um estudo de caso “pois busca evidenciar uma relação entre o particular e o geral, aprofundando a compreensão de processo e trajetórias, de pessoas ou instituições” (LIMA, 2006, p. 28). De acordo com o objetivo do estudo, ela pode ser classificada também, como exploratória e descritiva, “por ser uma pesquisa inicial, preliminar, cujo principal objetivo é aprimorar ideias, buscar informações sobre um determinado assunto ou descobrir um problema para estudo” (RODRIGUES, 2006, p. 18).

Para coleta de dados, adotamos como técnicas: análise de documentos oficiais, técnicos e pedagógicos fornecidos pela Instituição e pela Gerência do Ensino Especial da Secretaria de Estado da Educação do Acre; Investigação através de entrevistas semiestruturada com a Fundadora da Instituição e com a Secretária da Instituição; Conversas informais com funcionários de apoio a fim de saber sobre o funcionamento da Instituição em tempos anteriores e atuais; além de observação direta sobre o dia-a-dia da instituição.

Os sujeitos participantes da pesquisa são é número de sete profissionais, Secretária Geral, Secretária Administrativa, fundadora da Instituição, funcionárias de apoio administrativo, todos membros da APAE de Rio Branco, além de dois servidores da Gerência de Ensino Especial do Acre. A escolha desses sujeitos deu-se por considerá-los como detentores de informações relevantes para o estudo em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante das análises dos dados coletados, apresentaremos os resultado das (8) investigações

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

acerca das concepções filosóficas da APAE e suas implicações pedagógicas para a inclusão das pessoas com deficiência no em Rio Branco-Acre. Falar das concepções Filosóficas da APAE, é falar de sua missão, Como diz o eixo referencial (2004), é impossível falar da missão da APAE sem discutir as implicações das concepções filosóficas, sobre a visão que se tem da problemática da pessoa com deficiência, pois é por seu intermédio que vai se organizar toda gama de significados e, por sua vez, determinam e condicionam o funcionamento da unidade, as políticas de recursos humanos, o tipo de diagnósticos e tratamento, o envolvimento da sociedade e da família com a causa do movimento. Segundo Tavares “A definição da missão serve de critérios geral para orientar a tomada de decisões, expressar objetivos e ajudar nas escolhas das decisões estratégicas” (1997, p. 35).

Analisando o Eixo Referencial de Atuação da Federação Nacional das Apaes¹ (2004) constata-se que a Missão da APAE se baseava em três vertentes: Luta em defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Apoio à família e Atendimento Especializado. Hoje a Missão da APAE fundamenta-se em promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários (FENAPES, 2003).

De acordo com as análises realizada, a APAE de Rio Branco foi fundada em 30 de julho de 1981, momento de precário investimento público no Estado à Educação Especial, que favoreceu grandemente a criação dessa instituição no Acre. Nesse contexto sua concepção filosófica estava fundamentada no modelo segregacionista-assistencialista, que a partir da missão descrita anteriormente, implica apropriar-se de importante chave de leitura acerca do universo Apaeano, ou seja, compreender o modelo de educação especial vigente, no momento de sua fundação. Na concepção segregacionista – assistencialista a pessoa com deficiência é vista como uma pessoa comprometida nos diferentes núcleos de sua individualidade. O próprio processo de sua aceitação/rejeição, o estigma social decorrente de sua deficiência, a dificuldade de acesso precoce ao diagnóstico e tratamento é situação agravadoras da sua problemática. A pessoa com deficiência, não tem controle sobre seus instintos e desejos. Por isso, a responsabilidade sobre esse controle é da instituição APAE e da família, que devem protegê-lo de si mesmo.

Um outro aspecto relacionado a essa concepção é quanto à problemática da pessoa com deficiência, que é basicamente a problemática de sua família e daqueles que se dispõem, voluntariamente, a lidar com a questão, como é o caso da APAE. A sociedade como um todo,

¹ O Eixo Referencial de Atuação da Federação Nacional das Apaes, refere-se a um instrumento, no qual encontra-se as sugestões para organização e funcionamento das Apaes em cada unidade geográfica.

não tem a obrigação de sustentar o movimento Apaeano (EIXO REFERENCIAL DE ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAE'S, 2004). É possível observar, que a criação da APAE em Rio Branco estava diretamente relacionada à manifestação de um fenômeno comum, na História do aparecimento da Educação Especial no Brasil e no mundo, no que diz respeito à clientela a ser atendida e na opção pelo seu atendimento em maior número no âmbito do setor privado, e na modalidade de atendimento, dentro do caráter segregacionista.

Nesse sentido, sobre o âmbito do setor privado, houve, pela grande incidência das iniciativas particulares no atendimento educacional das pessoas com deficiência, uma certa confusão na distinção entre o público e o privado, como argumenta Jannuzzi (1996), a convivência ambígua dos setores públicos e privados em nosso país acaba por se caracterizar numa “parcial simbiose”, permitindo que o setor privado exerça influência na determinação das políticas públicas, que ocorre através de influência das entidades privadas de educação especial. Sobre o caráter segregacionista, houve no princípio da Educação Especial, uma tendência muito forte na classificação de crianças com baixo desempenho escolar como “retardadas mentais”. Segundo Bueno (2006), a Educação Especial, embora tenha nascido como *educação para todos* (grifo nosso) optou por atender esse público em separado dos demais, devido a especificidade do atendimento que necessitavam decorrentes das necessidades especiais que possuíam.

Por outro lado, esse atendimento não surgiu com o enfoque educacional, mas, sim, com um enfoque clínico. Isto se deve ao seu aparecimento no campo da Medicina, aonde, vai se dá, no século XVI e XVII, a busca, pelos médicos, das causas orgânicas para explicação das deficiências (KASSAR, 1999), nessa perspectiva, o sentido atribuído, a educação especial, era de assistência aos deficientes e não de educação aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais (MAZZOTTA, 1996). Ainda segundo o mesmo autor, sobre o título de educação dos deficientes, encontra-se registro de atendimento ou atenção com vários sentidos: abrigo, assistência, terapia, etc. “Mesmo quando entendida como modalidade de ensino, via de regra, alvo de abordagem tecnicista reducionista, a educação especial tem sido definida como simples opção de métodos, técnicas e materiais didáticos diferentes dos usuais” Mazzotta (1996, p. 37).

Os aspectos destacados acima, são de alguma forma, identificados na trajetória delineada pela APAE em Rio Branco. Inicialmente, encontramos o fato da Escola de Educação especial Dom Bosco, da rede pública, atender crianças, classificadas na época, como crianças com *aprendizagem lenta*, (grifo nosso) o que, já nos indica o equívoco do público-alvo da Educação Especial que também entre nós se revelou. A escola comum, não (sabendo como

justificar o fracasso escolar de muitas crianças que nela ingressavam e não conseguiam aprender, classificavam-nas como deficientes e com esse rótulo eram encaminhadas para o atendimento especializado. Podemos inferir, a concepção de deficiência que naquele momento predominava na sociedade, a concepção de que a deficiência, qualquer que fosse ela, incapacitava o indivíduo para aprendizagens de cunho escolar, por lhes faltar o conhecimento, de que ser uma pessoa com deficiência é ser incapaz (BEZERRA, 2017).

Pode-se assegurar, que o surgimento da APAE como instituição filantrópica no âmbito assistencialista, não deixa de ser uma ação do setor privado, como iniciativa para suprir uma lacuna deixada pelo poder público. Nesse contexto, em que as crianças repetentes eram cada vez mais diagnosticadas como deficientes, além daquelas que apresentavam essas características. Nesse caso, o surgimento da APAE no Acre, veio para contribuir com o atendimento educacional de crianças que apresentavam algum tipo de deficiência, e que não tinham oportunidades de ter uma escolarização adequada em escolas públicas, dessa forma, a educação ocorria de forma segregacionista.

Entretanto, ainda nos primeiros anos de sua criação, na primeira Reunião de Assembleia Geral da APAE de Rio Branco, em uma das falas da Professora Maria², já destacou “a necessidade do ajustamento social do excepcional, necessitando, portanto, da união de todos para alcançar os fins desejados”. A compreensão de sua fala, sobre a expressão, “ajustamento social do excepcional”, revelou os rumos que a APAE de Rio Branco teria na educação das crianças com deficiência, relacionada à abordagem da Integração. Segundo Machado (1994), a integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social, a que foram submetidos às pessoas com deficiência por vários séculos. Dentro dessa concepção de integração explicitamente declarada na fala da professora citada acima, identifica-se que a instituição teria o papel de inserir na sociedade as pessoas com deficiências que alcançassem um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes. A outra interpretação retirada de sua fala, diz respeito à relevância da APAE para as pessoas com deficiências e seus aliados. Isto é, a APAE iria se constituir num instrumento de inserção social de pessoas até então excluídas.

Na concepção Integrativo-Adaptado da APAE, a pessoa com deficiência possui características diferenciadas do restante da população, portanto, sua configuração e sua psicologia devem merecer tratamento especializado. Nessa concepção observa-se que a pessoa com deficiência, ainda permanecem sobre a tutela de outros, não têm consciência sobre seus desejos e limites. Sua manifestação por isso, deve ser regulada por tutela e /ou tratamento.

² O nome aqui apresentado é fictício para a preservação da identidade do sujeito envolvido na investigação. Maria no momento da fala aqui registrada era Membro da Diretoria da APAE de Manaus-AM. (83) 3522.3222
contato@cintedi.com.br

Quanto à existência de uma pessoa com deficiência numa dada família, deve ser encarado como uma circunstância adversa como qualquer outra. A sociedade pode e deve ajudá-la, como ato de solidariedade e não como uma imposição do movimento, que ele, o sujeito com deficiência, possuem direitos assegurados, mas, seu direito esbarra nas condições reais da sociedade e a realidade sobrepõe-se à lei (EIXO REFERENCIAL DE ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAE'S, 2004).

O trabalho pedagógico da APAE de Rio Branco, nesses primeiros anos, compôs-se de uma turma, com crianças com idade diferenciada, mesmo sendo um número pequeno de crianças, assim agrupadas por que não era oferecida na APAE, naquela época, a Estimulação Precoce³. Era um trabalho incipiente, com pouco recurso pedagógico, o funcionamento das atividades educativas tinha duração de quatro horas diárias, durante as quais realizavam aprendizagem em alfabetização, diferenciação de cores, atividades lúdicas, conceitos de maior, menor, igual, etc. e eram atendidos ao mesmo tempo pelas duas únicas professoras que tinha na instituição considerando-se o grau de dificuldades individuais que apresentavam. Vale dizer, que as dificuldades enfrentadas nesses primeiros anos foram muitas, pois não havia no Estado, e conseqüentemente na APAE, profissionais especializados, como Psicólogos, Pedagogos, Assistentes Sociais, Fonoaudiólogos, etc. Desta forma, o professor era a pessoa mais importante nesse processo, porque desenvolvia na base do ensaio e do erro todas as ações educativas com a clientela da escola.

A partir dessa nova concepção, a integrativo-adaptado, o aprendizado escolar passou a ser visto como direito de todos os cidadãos e dever do Estado, e as pessoas com deficiências detentoras de direitos e de potencialidades para uma aprendizagem bem-sucedida e, por decorrência, seu direito de receber uma educação escolarizada. Porém, o cenário nas escolas não propiciou isso. Bezerra (2017, p. 45) complementa esse pensamento dizendo, “no entanto, a concretização dessa ação encontrou dificuldades, pois faltava para tal a técnica e os recursos didáticos que permitisse aflorar esse potencial”. Mas, por qual motivo as pessoas com deficiência permaneciam em classes especiais, sendo que a educação especial estava sob a égide da integração? Parafraseando Bezerra (2017), uma questão que é relevante, está relacionada ao preconceito e à discriminação que os alunos que estudavam na APAE sofreram (e ainda sofrem), pois eram rotulados como “doidos”, “retardados”, pois naquela época, e hoje, apesar dos avanços, ainda se observa, em determinadas ocasiões, as pessoas com deficiência serem tratadas como doentes, mesmo entre os educadores, e a deficiência ser considerada uma

³ Estimulação Precoce, significa proporcionar experiências a criança, em várias situações, de modo a prevenir e/ou minorar seus déficits e auxiliá-la na aprendizagem primeiros anos de vida (FRANCO E ARDORE, 1996).

“incapacidade” para aprender.

Diante dessa compreensão que se tinha da pessoa com deficiência e a falta de preparo da escola regular para receber o aluno com deficiência, movido pela falta de comprometimento do Estado com a causa da pessoa com deficiência, visto que naquele momento, em que a educação era regida pelas Diretrizes e Bases fixadas na Lei nº 5.692/71, e com bases nessas diretrizes, esses estabelecimentos de ensino se organizavam para atender às características pessoais dos educandos com deficiência e, dessa forma, deviam seguir alguns critérios de organização quanto aos aspectos físicos e pedagógicos da escola ou instituição especializada, que na época os princípios básicos da educação especial: integração, normalização e individualização. Houve na APAE no decorrer desses nove anos de existência um crescimento significativo, haja vista, que ampliou o número de alunos, de turmas e turno de funcionamento, para aproximadamente, cinquenta alunos distribuídos em oito turmas, com atendimento de manhã e à tarde com duração de quatro horas diárias para cada turno. Com esse crescimento, foi necessária a ampliação do seu espaço físico, do número de funcionários de apoio e de professores, para atender essa demanda, sendo necessária uma nova estrutura e organização.

A década de 90 se constituiu numa fase de avanços para a APAE, que continuou crescendo e ampliando suas ações e a demanda de sua clientela, aqui já podemos vislumbrar o início de um trabalho educacional voltado para a concepção filosófica inclusiva-transformadora, pode-se perceber um avanço na visão sobre a pessoa com deficiência, pois nessa concepção ele passa a ser visto como um ser humano dotado de sentimentos, emoções e elaborações intelectual. A sua deficiência deve ser encarada como uma de suas múltiplas características e não como uma configuração possível de sua individualidade. Ele é uma pessoa dotada de desejos e sua manifestação deve ser naturalmente recebida por todos. Não deixa de reconhecer que existem graus diferentes de possibilidades em cada indivíduo com deficiência e por isso, a cada uma delas deve ser dado o tratamento necessário. A problemática da deficiência passa a ser de responsabilidade de toda sociedade, não podendo atribuir apenas aos pais e órgãos públicos e filantrópicos a responsabilidade sobre a administração desta questão. A pessoa com deficiência é um sujeito com direitos assegurados (EIXO REFERENCIAL DE ATUAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAE’S, 2004).

Nessa perspectiva, no ano de 1993, a Instituição passou a funcionar na sua sede própria, estruturada com Laboratório de Informática, atendimentos de Fisioterapia, Psicólogo, Fonoaudióloga, Assistente Social, um Consultório Odontológico e oito Salas de Aula. Contava, ainda, com um Galpão, onde funcionava as Oficinas de Artesanatos e Pinturas. A Biblioteca foi

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

transformada em uma sala de aula, onde passou a funcionar um das EJAS⁴. Uma observação que pode se depreender desse aspecto, é a visão, o olhar que dizem respeito às pessoas com deficiência, oferecendo oportunidades de adquirir conhecimentos necessários para sua inserção no mercado de trabalho e no meio social e/ou da sua sobrevivência.

A importância dessas oportunidades educacionais apropriadas, que são dadas para esses jovens e adultos pela APAE, proporcionam a eles a autoconfiança, segurança, senso de responsabilidade, e acima de tudo melhoria de sua autoestima, mostrando que são capazes de desenvolver suas habilidades e de que têm condições de realizar uma tarefa com competência, que lhes possibilita uma realização pessoal e profissional, adotando uma perspectiva de vida futura com mais qualidade, que certamente não teriam se não participassem dessa Modalidade de Educação.

Isso pode ser comprovado, no exemplo de uma aluna, que no período da pesquisa era funcionária da instituição, que ajudava na Secretaria da Escola, pelo senso de responsabilidade e valorização que ela dá para o trabalho que desenvolve. Sentimento que pode ser percebido no momento em que, por um motivo ou outro, precisava faltar ao trabalho. Quando isso ocorria, a preocupação em saber como os colegas se sentiram com sua ausência, e de justificar suas faltas junto aos seus responsáveis. Outro aspecto distintivo é a alegria que sentia ao participar das comemorações realizadas na instituição e demais eventos promovidos pela APAE, sentimento que é extensivo a todos os outros alunos quando participam ou exercem qualquer atividade que lhes seja atribuído.

O crescimento da APAE nessa década de 90 também está relacionado com a demanda da clientela que se expandiu na nova sede para 135 alunos, entre crianças e jovens, que foram agrupados em turmas de Educação Infantil, 1ª ano do Ensino Fundamental e turmas de EJA, de acordo com o grau de comprometimentos de suas habilidades ou capacidades. Esses alunos recebem uma educação voltada para alfabetização, aritméticas, interpretação de textos simples, noções de higiene pessoal, noções básicas da vida diária, atividades lúdicas, artes, socialização, esporte e lazer. A limitação desses conhecimentos em noções elementares, se deve ao fato da maioria deles ser caracterizados como, “deficientes mentais treináveis”, herança das visões anteriores e da primeira clientela que foi atendida pela instituição no início de sua atuação.

Diante das transformações marcadas na década de 90 em todos os setores da sociedade, em decorrência do processo de globalização. Sendo a educação uma prática social que é determinada e influenciada pelas ideologias, por questões sociais, culturais e econômicas, não

⁴ EJA – educação de jovens e adultos

poderia ficar imune a essas mudanças. Nesse sentido, o modelo educacional em geral, expressou nas últimas décadas do século XX, sinais de esgotamento, e nesse vazio que acompanhou a crise paradigmática, é que surgiu o momento oportuno para as transformações (MANTOAN, 2003).

A APAE nesse contexto de mudanças e transformações, também vai se modificando com bases nas influências do paradigma da inclusão. Abordam sobre este assunto autores como carvalho (2004); Mantoan (2003); Sasaki (2010); Machado (1994); Bueno (2006); entre outros. No âmbito da prática desenvolvida pela escola, a inclusão traz um novo ideário pedagógico, uma nova mentalidade, a partir da qual a APAE de Rio Branco, passou a trabalhar na perspectiva da evolução do aluno nos estudos e tendo uma visão da inclusão como importante para a socialização, o respeito, a convivência social e a igualdade de oportunidades.

Nesse sentido a APAE de Rio Banco já incluiu na escola comum aproximadamente 39 alunos, no período de 2004 a 2007 e no mercado de trabalho, 16 alunos, que atuam em diferentes profissões: Embalador de Supermercado, Garçom, Office Boys, entre outros. No entanto, observa-se que, mesmo a escola regular, após, decorridos anos da promulgação da política de inclusão, resiste na aceitação do aluno especial, como podemos observar na fala de uma funcionária da Instituição:

Dirigentes de ensino relutam contra a entrada de alunos com deficiência nas escolas e insistem para que as escolas especiais declarem a deficiência para receber o aluno indesejado na escola comum. Alguns dizem que o aluno pode até ficar na escola de ensino regular, mas não se pode garantir que se vá fazer alguma coisa por ele.

Merece destaque nessas falas, a interpretação em duas direções: uma, que está relacionada ao trabalho da APAE na preparação dos alunos para inclusão na escola regular; e a outra, na rejeição da escola regular em aceitar esses alunos. Podem corroborar com essas afirmações, reclamações que vários pais têm feito constantemente a APAE quanto a rejeição dos seus filhos na escola regular, mostrando desejo que seus filhos retornem para a instituição. Esse tipo de inclusão é o que Carvalho denomina de inclusão marginal:

Os sujeitos que estão na inclusão marginal não são, necessariamente, rejeitados fisicamente. Podem até, estar no mesmo espaço geográfico sem ser reconhecidos e valorizados. É neste terreno que se insere a inclusão marginal que também é instável e precário, pouco visível e, por isso perversa, porque se insere no universo simbólico (Carvalho, 2004, p. 5).

Outra observação necessária para confirmar essa rejeição é o retorno de várias mães da escola regular, com o Relatório expedido pela equipe multidisciplinar da APAE, informando as habilidades que o aluno já desenvolveu, para poder ser incluído. O que as mães argumentam ao

(83) 3322.3222

retornarem para a APAE com seus filhos e os relatórios que os acompanhou, é que a escola lhes diz: - “não existe vaga, para seu filho”. Dessa forma, diante dessa realidade final de 2007, a APAE de Rio Branco, atendia 227 alunos com deficiência, assim distribuídos: 29 alunos com Síndrome de Dawn, 17 com deficiências múltiplas, 179 com distúrbios neurológicos e 2 com Síndrome de Rett. Oferecendo-lhes os seguintes serviços: Diagnóstico e Encaminhamento, Educação Infantil, Ensino Fundamental (1ª ano), Educação de Jovens e Adultos, Preparação para o Trabalho, Colocação no Trabalho, Projetos Especiais: Educação Física, Artes, Informática, Esportes (capoeira), preparação dos alunos para participação nas olimpíadas e nos festivais como no caso do Festival “Nossa Arte”, realizado em nível nacional.

CONCLUSÃO

Na análise aqui realizada, procuramos apresentar o delineamento educacional da APAE em Rio Branco – Acre, a partir de suas concepções filosóficas e as implicações pedagógicas para a inclusão das pessoas com deficiência, para que o leitor possa também, a partir da realidade detectada, fazer a sua crítica e a sua interpretação. Importante destacar, que o modelo educacional (segregacionista-assistencialista, Integrativo-adaptado e inclusiva-transformadora) adotado pela Instituição aqui analisada, não ocorreu de forma linear, houveram avanços e retrocessos, e em muitos momentos e circunstâncias todas as concepções filosóficas aqui mencionada caminharam juntas na ação pedagógica da instituição.

Nesse processo de reconstrução da prática educacional da APAE de Rio Branco, identificou-se que ela foi se configurando de acordo com os princípios que orientavam a educação no Brasil. Luckesi (1991, p. 21) “A prática pedagógica está articulada com uma pedagogia que nada mais é que uma concepção filosófica da educação. Tal concepção ordena os elementos que direcionam a prática educacional”. Dessa forma, de acordo com as relações que se estabeleceram entre a prática social e a educação viu-se essa prática sofrer influência dos movimentos segregacionista; depois a integração/segregação, quando se organizou em instituições especializadas, no nosso caso, a APAE, isso devido, as respostas que o sistema educacional vinha dando ao fracasso escola, do qual eram vítimas grandes parcelas de estudantes que frequentavam a escola pública brasileira, diante disso muitos alunos com deficiência retornavam a escola especial, por não se sentirem acolhidos, além do mais, a falta de equipamentos, recursos pedagógicos e professores preparados para trabalharem em uma sala de aula heterogênea, faziam com que a própria escola não demonstrasse interesse em recebê-los.

E hoje, no paradigma da inclusão, indagações de como se processa a educação inclusiva na atual conjuntura, nos faz refletir, o que mudou? Como tem sido a aceitação da escola regular em relação a pessoa com deficiência? O trabalho pedagógico realizado tem contribuído para exclusão das diferenças? E a mentalidade dos profissionais nas escolas, tem sido no sentido do acolhimento, da tolerância, do respeito ao outro? Acreditamos que se essas respostas fossem respondidas de forma positiva, as instituições especializadas, como a APAE, não teriam tantos alunos ainda segregados, muitos com idade acima do exigido para inserção na escola regular, que encontram na instituição especializada, apoio, sentido para vida, e aceitação, coisa que muitas vezes não acontece na escola regular.

Durante esse processo surgiram por parte dos que trabalham com essas crianças, algumas dúvidas, inquietações, contestações e até mudanças e reformulações de sua prática, entretanto, compreende-se que as condições conjunturais disponíveis daquele momento, não permitia, ir mais longe do que foi desenvolvido nas formas de organização e funcionamento do serviço educacional da APAE. Mas, mesmo assim, se de um lado os profissionais que ali atuam não conseguiram manter o vínculo entre a crítica do momento histórico e sua ação efetiva sobre a realidade educacional, por estarem presos a uma teoria que não lhes facilitou isso, o que poderia ter agravado ou intensificado o que existia na sociedade. Por outro lado, não podemos ficar insensíveis ao trabalho paciente, dedicado, eficiente e humano, que viabilizou diferentes aprendizagens aos alunos ali matriculados. É evidente que ele por si só, não poderá estabelecer um fim para uma história que tem continuidade e que, portanto, necessita de outros estudos que possam ampliar e aprofundar essas questões e descobrir outras.

REFERÊNCIAS

ACRE, *Projeto Político Pedagógico: educar para vida: um novo fazer pedagógico*. APAE-Rio Branco, março, 2004.

ALMEIDA, Maria Amélia. *Apresentação e Análise das Definições de Deficiência Mental* Propostas pela AAMR – Associação Americana de Retardo Mental, 1908 a 2002. Revista de Educação PUC Campinas, nº 16, 2004.

BRASÍLIA, *Eixo Referencial Teórico*. Federação Nacional das APAEs. Brasília-DF, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Conjunto de Materiais para Capacitação de Professores: necessidades na sala de aula*. Tradução, Ana Maria Isabel Lopes da Silva. Reimp. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

_____, *Constituição Federal*. 1988.

_____, *Lei 4.024*. 1961.

- _____, MEC/SEESP. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília. 1994.
- _____, Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental, *Educação Especial*. Séries Atualidades Pedagógicas. Distribuição gratuita, 1998.
- _____, Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental. *Deficiência Mental*. Organizado por: Erenice Natalia Soares Carvalho. Brasília: SEESP, 1997.
- BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação Especial Brasileira: Integração/ Segregação do Aluno Diferente*. 2ª ed. rev. EDUC. São Paulo, 2006.
- FENAPAES. *Projeto Águia, Manual de Conceitos*. Federação Nacional das Apaes, 2003.
- JANNUZZI, Gilberta de Martino. As políticas e os espaços para a criança excepcional. In: FREITAS, Marcos César (Org.). *História social da infância no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- LIMA, Priscila Augusta. VIEIRA, Terezinha. *Educação Inclusiva e Igualdade Social*. São Paulo: Avercamp, 2006.
- LUCKESI, C. C. *Filosofia da Educação*. Cortez, São Paulo, 1991.
- LUDKE, Menga. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1996.
- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- MENSAGEM DA APAE, Brasília. Ano XX- Nº 70, julho a setembro de 1993.
- PEREIRA,Olívia. *Princípio de normalização e integração na educação de excepcionais*. In: Educação especial: atuais desafios. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- RODRIGUES, Auro de Jesus. *Metodologia científica*. São Paulo: Avercamp, 2006.
- SILVA, Otto Marques da. *Aprendendo sobre a deficiência mental*. 35 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- UNESCO, *Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre necessidades educativas especiais*. Salamanca: Espanha, 1997.